

VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 255J7-039-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores da
VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A.
Goianésia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A., (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) (RI), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

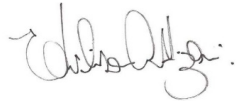
Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	702	1
Adiantamentos	4	159	1.433
Impostos a recuperar	-	4	-
Outros ativos	-	100	-
Total do ativo circulante		965	1.434
Ativo não circulante			
Imobilizado	5	24.455	64
Total do ativo não circulante		24.455	64
Total do ativo		25.420	1.498

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Passivo circulante			
Contas a pagar	6	565	2
Impostos e contribuições a recolher	-	5	3
Total do passivo circulante		570	5
Patrimônio líquido	7		
Capital social	7.1	25.509	1.497
Prejuízos acumulados	-	(659)	(4)
Total do patrimônio líquido		24.850	1.493
Total do passivo e patrimônio líquido		25.420	1.498

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A.

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Despesas gerais e administrativas	8	(671)	(4)
Despesas tributárias		(2)	-
Resultado operacional		(673)	(4)
Receitas financeiras	9	55	-
Despesas financeiras	9	(30)	-
Resultado financeiro - líquido		25	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(648)	(4)
Imposto de renda e contribuição social	10	(6)	-
Prejuízo do exercício		(655)	(4)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(655)	(4)
Resultado abrangente do exercício	(655)	(4)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 18 de outubro de 2023 (não auditado)	1	-	1
Prejuízo líquido do exercício	-	(4)	(4)
Aumento de capital	1.496	-	1.496
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	1.497	(4)	1.493
Prejuízo líquido do exercício	-	(655)	(655)
Aumento de capital	24.012	-	24.012
Saldos em 31 de dezembro de 2024	25.509	(659)	24.850

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(655)	(4)
Ajustes ao lucro:		
Prejuízo ajustado	(655)	(4)
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento / Redução em contas a pagar	563	2
Aumento / Redução em adiantamentos	1.274	(1.433)
Aumento / Redução em impostos a recuperar	(4)	-
Aumento / Redução em outros créditos	(100)	-
Aumento / Redução em impostos e contribuições a recolher	1	3
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	1.080	(1.432)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(24.391)	(64)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(24.391)	(64)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	24.012	1
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	1.496
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	24.012	1.497
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	701	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	702	1
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	701	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A VCL Goianésia Locação de Equipamentos de Geração de Energia S.A., é uma sociedade anônima organizada na forma de sociedade de ações de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Fazenda Caução de Couro, Rodovia GO 080, km 158, à direita 2km, constituída em 18 de outubro de 2023, com o objetivo social de desenvolver Novos Projetos de infraestrutura nos setores que trata a Lei 11.478/07, através das atividades de:

i) aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador (CNAE 7739-0/99);

ii) gestão de ativos não financeiros próprios (CNAE 7740-3/00); e

iii) manutenção de redes de distribuição de energia elétrica (CNAE 4221-9/03).

A companhia está em fase pré-operacional, realizando estudos de viabilidade para execução de seu objeto, com expectativa de início efetivo das atividades em abril de 2025

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicável a pequenas e médias empresas (CPC PME) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A preparação de Demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.

As demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo corpo diretivo, administradores e investidores em 30 de maio de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa e, a sua moeda de apresentação.

2.3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros.

b) Instrumentos financeiros

i) Classificação e mensuração

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

iii) Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os recebíveis da Empresa compreendem os saldos de contas a receber de adquirentes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

iv) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra ou negociação. A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*'impairment'*).

Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *'impairment'* desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

v) Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Empresa tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes e partes relacionadas, obrigações com clientes são ativos e passivos financeiros respectivamente, com pagamentos determináveis e que não sofrem qualquer variação por cotação de mercado. São classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante.

As contas a receber não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas Demonstrações financeiras.

Quando aplicável, esses créditos são reduzidos por estimativas de perdas com créditos de realização duvidosa, a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não é capaz de receber todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber. Quando constituída, é registrada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

A Empresa considera o risco de crédito como sendo baixo, uma vez que as operações são validadas e garantidas pelas operadoras de cartão de crédito e assim não constitui provisão para créditos de realização duvidosa.

A estimativa com perdas com devedores duvidosos é reconhecida quando as evidências mostram não haver possibilidade de recuperar os saldos do valor original das contas a receber, tomando por base as diretrizes estabelecidas pela administração. A Empresa considera o risco de crédito como sendo baixo.

d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado nas seguintes taxas:

- Máquina e Equipamentos - 10 anos;
- Móveis e utensílios - 10 anos;
- Instalações - 10 anos;
- Veículos - 5 anos;
- Computadores e Periféricos - 5 anos;
- Benfeitorias - 5 anos.

e) Intangível

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, ou por perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis da Empresa são de vida útil definida, compostos por softwares que são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível, cujo registro é feito na demonstração do resultado do exercício, na rubrica “Depreciações e amortizações”.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

f) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração entende que a realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável. Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. As contingências, divulgadas na nota explicativa no 15, são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos nas Demonstrações financeiras;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações financeiras quando relevantes, não sendo nenhuma provisão registrada;
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

h) Imposto de renda e contribuições social corrente e diferidos

As provisões para o imposto de renda e a contribuição social são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente à R\$240, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido, ajustado conforme legislação fiscal.

Os créditos tributários, quando aplicável, são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na legislação tributária brasileira.

Para registrar e manter contabilmente os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, deve apresentar:

- Histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

i) Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido refere-se a despesas financeiras e rendimentos apurados sobre as aplicações financeiras, reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e os benefícios econômicos delas decorrentes fluirão para a Empresa.

As receitas financeiras são reconhecidas no resultado conforme o regime de competência.

As despesas financeiras referem-se substancialmente a despesas com juros e variações monetárias cambiais. O reconhecimento no resultado é conforme o regime de competência.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

k) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explícitas ou implícitas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

I) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC PME Seção 7.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	702	-
Total	702	1

(a) As aplicações financeiras são realizadas junto a instituições financeiras nacionais de primeira linha e refletem as condições usuais de mercado e as datas dos balanços estão compostas por aplicações em CDBs com liquidez imediata, com remuneração de 97% do CDI.

4. Adiantamentos

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Adiantamentos a fornecedores	159	1.433
Total	159	1.433

Os adiantamentos a fornecedores foram realizados para a construção da usina solar fotovoltaica.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado**Composição:**

Descrição	Depreciação %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Saldo líquido 2024	Saldo líquido 2023 (Não auditado)
Imóveis	10%	-	-	-	-
Instalações	10%	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	4%	24.391	-	24.455	64
Total	-	24.391	-	24.455	64

Movimentação:

	2023 (Não auditado)	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	2024
Imobilizado em andamento	64	24.391	-	-	-	24.455
Total	64	24.391	-	-	-	24.455

	2022 (Não auditado)	Adições (Não auditado)	Baixas (Não auditado)	Depreciação (Não auditado)	Transferência (Não auditado)	2023 (Não auditado)
Imobilizado em andamento	-	64	-	-	-	64
Total	-	64	-	-	-	64

A composição da conta de imobilizado baseia-se, principalmente no imobilizado em andamento, que teve um aumento significativo em 2024, devido ao avanço na construção da Usina Solar Fotovoltaica pela Empresa.

6. Contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Energia 21	413	-
Tokio Marine	100	-
Delta Comercial	38	-
ATM Energia	14	-
Outros	-	2
Total	565	2

A composição de contas a pagar fazem relação aos fornecedores de equipamentos ou serviços para a construção da usina de geração fotovoltaica.

7. Patrimônio Líquido

7.1. Capital Social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 equivale a R\$ 25.509.289,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e nove mil e duzentos e oitenta e nove reais), dividido em 25.509.289 (vinte e cinco milhões, quinhentos e nove mil e duzentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 15 de fevereiro de 2024 foi celebrado o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de Sociedade Empresária Limitada transformação em Sociedade Anônima, que alterou o tipo societário da Empresa para sociedade anônima fechada.

Em 05 de março de 2024 foi realizada a 1ª Assembleia Geral Extraordinária, em que foi deliberado, dentre outros assuntos, a eleição do Conselho de Administração, a alteração do objeto social e a alteração do endereço da sede da Empresa.

Em 04 de abril de 2024, foi realizada a reunião do Conselho de Administração e assim deliberado pelo aumento de capital social da Empresa em favor da única acionista, uma vez que é subsidiária integral, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Em 14 de junho de 2024, foi realizada a 2ª Assembleia Geral Extraordinária, em que foi deliberado, dentre outros assuntos, o aumento de capital social da Empresa em favor da única acionista, uma vez que é subsidiária integral, no valor de R\$ 2.727.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e sete mil reais).

Em 25 de julho de 2024, foi realizada a 2ª Assembleia Geral Extraordinária, em que foi deliberado, dentre outros assuntos, o aumento de capital social da Empresa em favor da única acionista, uma vez que é subsidiária integral, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), passando o capital social da Empresa a ser de R\$ 25.509.289,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e nove mil e duzentos e oitenta e nove reais).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas		
Direito real de superfície	(225)	-
Seguros	(186)	-
Vigilância e segurança	(76)	-
Assessoria jurídica	(67)	-
Viagens	(43)	-
Serviços de consultoria	(32)	-
Assessoria contábil	(24)	(4)
Despesas de cartório	(11)	-
Outros	(7)	-
Total despesas gerais e administrativas	(671)	(4)

9. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	55	-
Total de receitas financeiras	55	-
Despesas financeiras	-	-
Outras despesas financeiras	(30)	-
Total de despesas financeiras	(30)	-
Resultado financeiro líquido	25	-

10. Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Receita financeira	55	-
Dedução de receita financeira não realizada	(30)	-
Lucro presumido (100%)	100%	100%
Base de Cálculo do IRPJ & CSLL	25	-
Impostos de renda 15%, 10% de adicional de impostos de renda (sobre o excedente a R\$ 240mil/ano)	(4)	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - 9%	(2)	-
Total de despesas - IRPJ/CSLL	(6)	-

11. Instrumentos financeiros

Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa tinha os seguintes instrumentos financeiros: caixa e equivalente de caixa, aplicação financeira, contas a receber, fornecedores de materiais e serviços e contas a pagar. Os valores contabilizados aproximam-se dos seus valores de mercado.

Risco de crédito

No curso normal dos negócios a Empresa, existem valores a receber dos clientes.

A Empresa tem política específica e procedimentos de análise de risco para o processo de credenciamento e manutenção dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço. Nesse processo estão aqueles relacionados a riscos de fraudes e de desempenho desses estabelecimentos, como, por exemplo, a venda sem a entrega dos bens ou serviços.

A Empresa mantém aplicações financeiras somente em instituições de primeira linha, conforme avaliações de agências de risco internacionalmente reconhecidas.

12. Cobertura de seguros

A Empresa mantém cobertura de seguro, para cobertura de suas instalações equipamentos de geração fotovoltaica, sendo que estes saldos não foram avaliados pela equipe de auditoria.

13. Eventos subsequentes

Até a divulgação das demonstrações financeiras, não identificamos eventos subsequentes relevantes que deveriam ser objeto destas demonstrações financeiras.

* * *